

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

SELECON



SÓ 
QUESTÕES

GCM SÃO GONÇALO-RJ

GUARDA MUNICIPAL NÍVEL II

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Legislação Extravagante
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Informática





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



GCM SÃO GONÇALO-RJ

GUARDA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO - RIO DE JANEIRO

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas Guarda Municipal Nível II

Edital n.º 001/PMSG/2026

CÓD: OP-157ST-26
7901204402900

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Constitucional	43
3. Direito Penal	53
4. Direito Processual Penal	63
5. Direito Administrativo.....	75
6. Legislação Extravagante	85
7. Conhecimentos Específicos.....	97
8. Informática.....	111

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (SELECON - 2023)

sequência de palavras que apresenta todos os itens grafados de acordo com a ortografia padrão da língua portuguesa é:

- (A) capcioso—elocubração - procrastinar
- (B) capcioso— elucubração — procrastinar
- (C) capsioso-elucubração - procastinar
- (D) capsioso—elocubração - procastinar

2. (SELECON - 2024)

Turistas estrangeiros deixam no Brasil volume recorde de US\$ 6,9 bi

Alana Gandra - O volume de recursos deixados por turistas estrangeiros em 2023 no Brasil foi recorde – US\$ 6,9 bilhões, o equivalente a R\$ 34,5 bilhões – e levou o país a assumir a liderança sul-americana em termos de arrecadação no setor, conforme o ranking de 20 países divulgado nesta segunda-feira (5) pela agência ONU Turismo.

O Brasil detém ainda o segundo lugar em recuperação pós-pandemia nas Américas, com aumento de 15% em relação ao período pré-pandêmico, atrás apenas do México, e ocupa a 14ª posição no mundo. O México aparece na décima colocação. De acordo com o levantamento da ONU Turismo, o país com maior crescimento nas receitas deixadas por estrangeiros foi a Sérvia, com 79%.

Os recursos injetados no ano passado na economia brasileira por visitantes vindos do exterior superaram em 1,5% a maior arrecadação obtida com o turismo internacional, registrada em 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo de futebol. A meta estabelecida no Plano Nacional de Turismo era de acréscimo de 8,58% na receita gerada pelo turismo internacional em 2023, mas o resultado apurado mostrou crescimento anual de 41%.

Em 2022, os turistas internacionais deixaram no Brasil US\$ 4,9 bilhões.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, disse à Agência Brasil que o número recorde foi resultado de vários esforços empreendidos pelo governo federal “no sentido de mostrar o Brasil para o mundo, da forma como o Brasil realmente é”. Sabino lembrou que as diversas visitas feitas pelo presidente Lula a outros países e destaco

que o Brasil foi reconhecido pelo Banco Mundial como a nona maior economia do planeta no fim do ano passado. [...]

Em agosto do ano passado, quando o Brasil superou a marca histórica para o mês, o ministro já começou a vislumbrar que 2023 se apresentaria como um ano de bons números para o turismo.

Fonte: <https://www.jb.com.br/bem-viver/turismo/2024/02/1048584-turistasestrangeiros-deixam-no-brasil-volume-recorde-de-uss-69-bi.html>.

Acesso em: 06 fev. 2024.

A regra que explica a acentuação da palavra “PAÍS” é que toda palavra:

- (A) proparoxítona é acentuada
- (B) dissílaba terminada em S leva acento agudo
- (C) paroxítona terminada em S leva acento agudo
- (D) formada por hiato com segunda vogal em I é acentuada

3. (SELECON - 2023)

Cigarro aumenta o risco para 56 doenças, mostra estudo da Lancet

Análise de meio milhão de pessoas mostrou que fumar eleva em até 216% a probabilidade de desenvolver um câncer de laringe

Um novo e amplo estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Oxford, no Reino Unido, e da Universidade Peking e da Academia Chinesa de Ciências Médicas, ambos na China, avaliou os impactos a longo prazo do hábito de fumar. Publicado na revista científica The Lancet Public Health, o trabalho é considerado um dos maiores já feitos sobre o tema.

“Este estudo forneceu a primeira avaliação abrangente dos efeitos do tabagismo na saúde a longo prazo em uma ampla gama de doenças em homens e mulheres adultos na China. No geral, fumar sempre e regularmente foi significativamente associado a riscos mais altos de 22 causas de morte e 56 doenças individuais em todos os principais sistemas de órgãos, bem como mais episódios e durações mais longas de hospitalização, do que nunca fumar regularmente”, escreveram os pesquisadores.



AMOSTRA

Para isso, eles utilizaram informações de 512 mil adultos, recrutados entre 2004 e 2008, de diferentes regiões da China, disponíveis no banco de dados de saúde Kadoorie. Os participantes foram acompanhados durante um período de 11 anos, em que 48,8 mil deles morreram e 1,14 milhão de diagnósticos para doenças foram realizados.

diagnósticos para doenças foram realizados. Em seguida, os pesquisadores ajustaram os resultados para identificar quais óbitos e problemas de saúde foram ligados ao cigarro, dentro de um universo de 85 causas de morte e 480 doenças. Eles identificaram que o tabagismo foi diretamente associado a um maior risco para 56 diagnósticos e 22 causas de óbito.

O risco variou entre apenas 6%, no caso da diabetes, para até 216%, em relação ao câncer de laringe. Homens, no geral, tiveram maior probabilidade de desenvolver todas as doenças quando comparado às mulheres. Em ambos os sexos, algumas das doenças que tiveram o risco mais elevado pelo cigarro, de quase o dobro ou mais, foram: câncer de laringe; pneumotórax; tumores benignos de glândulas salivares; aneurisma e dissecação de aorta; câncer de pulmão; bronquite crônica; carcinoma in situ do ouvido médio e do aparelho respiratório; embolia e trombose arterial; enfisema; doença hepática alcoólica; câncer de bexiga.

Já entre as causas de morte, foram principalmente: câncer de pulmão; enfisema; parada cardíaca; câncer de bexiga; bronquite crônica; infarto.

Outro achado significativo do estudo foi que metade dos homens chineses que começaram a fumar antes dos 18 anos, e adotaram o hábito de forma frequente durante a vida, morreram devido ao cigarro.

Porém, o trabalho mostrou ainda um lado positivo. Entre as pessoas que decidiram parar de fumar completamente, após dez anos do último cigarro, os riscos para desenvolvimento de doenças eram praticamente os mesmos daqueles que nunca desenvolveram o hábito do tabagismo.

“Os resultados são um lembrete das graves consequências do tabagismo e dos benefícios de parar antes que qualquer doença grave se desenvolva”, afirma Ka Hung Chan, pesquisador da Universidade de Oxford e principal autor do artigo, em comunicado.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/saude/medicina/noticia/2022/12/cigarro-aumentao-risco-para-56-doencas-mostra-estudo-da-lancet.ghiml>. Acesso em 04/12/2022

A palavra “câncer” é acentuada pela mesma razão da palavra:

- (A) âmago
- (B) açúcar
- (C) cântaro
- (D) barbárie

4. (SELECON - 2022)

Aquecimento global já afeta economia

O aquecimento global já está reduzindo a produtividade, causando disrupção nas cadeias de abastecimento e aumentando os custos do comércio internacional, advertiu ontem a diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala.

Ngozi destacou quatro preocupações, a partir de um estudo feito pela entidade global: primeiro, nenhuma região está imune aos impactos negativos da mudança climática. Segundo, os custos no comércio global aumentarão em todas as regiões devido à mudança climática. Terceiro, haverá efeitos profundos do comércio e na agricultura, a menos que medidas sejam tomadas. “Na ausência de medidas de adaptação rápidas e robustas, a agricultura será particularmente afetada [pelo aquecimento global]”, disse.

Em quarto lugar, os padrões de vantagem comparativa globalmente serão alterados, o que pode levar alguns países e algumas regiões a uma maior desvantagem.

Após sinalizar efeitos na produtividade, nas cadeias de abastecimento e no custo das exportações e importações, a diretora-geral da OMC mencionou exemplos da seca na Europa e em partes da China, os baixos níveis de água no Danúbio, no Reno e no Yangtsé, o que está perturbando o transporte fluvial de mercadorias, e impactando a geração de eletricidade.

Segundo Ngozi, os impactos climáticos fizeram com que o crescimento da produtividade agrícola na África diminuísse em um terço e pode causar perdas anuais do PIB de 3,8% até 2060.

Destacou que o continente será o mais afetado pelo aquecimento global, sendo a região de 80% das pessoas do mundo que estão mais em risco.

Para ela, o comércio é parte da solução e não dos problemas climáticos. Estima que o comércio é necessário para compensar os choques negativos na produtividade agrícola, garantindo o acesso a novas tecnologias.

A redução dos custos comerciais também poderia reduzir as perdas de bem-estar decorrentes da mudança climática em até 68% nos países de baixa renda, diz Ngozi.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (SELECON - 2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que um dos fundamentos do Estado brasileiro é a sua soberania.

No plano transnacional, a soberania funda-se no princípio da:

- (A) defesa da paz
- (B) concessão política
- (C) independência nacional
- (D) extradição criminal

2. (SELECON - 2022)

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida como a Constituição Cidadã em função de seus princípios e objetivos fundamentais, que NÃO incluem a busca por:

- (A) construir uma sociedade mais justa, livre e solidária
- (B) erradicar a pobreza e a marginalização
- (C) acentuar e incrementar as desigualdades regionais
- (D) garantir o desenvolvimento nacional

3. (SELECON - 2022)

A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e mais os seguintes:

- (A) a soberania e a cidadania
- (B) a tolerância e a soberania
- (C) a cidadania e o nacionalismo
- (D) a tolerância e o nacionalismo

4. (SELECON - 2022)

A Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos objetivos fundamentais a:

- (A) defesa da paz
- (B) prevalência dos direitos humanos
- (C) solução pacífica dos conflitos
- (D) redução das desigualdades sociais e regionais

5. (SELECON - 2022)

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são poderes da União independentes e:

- (A) fiscalizadores entre si
- (B) concorrentes entre si
- (C) harmônicos entre si
- (D) avaliadores entre si

6. (SELECON - 2022)

Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são fundamentos:

- (A) das leis ordinárias do Estado
- (B) das leis delegadas dos Municípios
- (C) das leis complementares da União
- (D) do Estado Democrático de Direito

7. (SELECON - 2022)

Segundo os princípios fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988, a forma de estado adotada no Brasil é de uma:

- (A) república
- (B) federação
- (C) soberania
- (D) democracia

8. (SELECON - 2024)

Anaid Baal recebeu notificação da União Federal de abertura de procedimento de desapropriação do imóvel do qual é proprietária, com fundamento em utilidade pública. Nos termos do DL nº 3.365/41e da Constituição Federal, a desapropriação deve ocorrer mediante casos de segurança:

- (A) estadual, com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública
- (B) local, com prévia e justa indenização em moeda corrente
- (C) nacional, com prévia e justa indenização em dinheiro
- (D) municipal, com prévia e justa indenização em títulos de crédito



AMOSTRA

9. (SELECON - 2022)

Acerca dos Direitos e das Garantias Fundamentais, nos termos da Constituição Federal, o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, pode ser exercido:

- (A) por todos, independentemente do pagamento de taxas
- (B) por qualquer cidadão, desde que representado por advogado
- (C) por qualquer cidadão nacional, preenchidos os requisitos de admissibilidade pertinentes
- (D) por qualquer brasileiro, nato ou naturalizado, que comprove situação de quitação eleitoral

10. (SELECON - 2023)

Para preservar ou prontamente restabelecer a ordem pública ou a paz social, nas hipóteses previstas no texto constitucional, o Presidente da República pode decretar o Estado de Defesa e, dessa forma, podem ser estabelecidas restrições ao direito de:

- (A) sigilo da fonte de imprensa
- (B) locomoção no território nacional
- (C) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica
- (D) reunião, preservado o exercido no seio das associações

11. (SELECON - 2022)

BC é médico e atua em serviço de emergência de hospital público. É surpreendido com a clonagem do seu celular, sendo cientificado do fato pelas comunicações que o clonador fez aos seus contatos. Nos termos da Constituição Federal e da doutrina que realiza sua interpretação, a quebra do sigilo das comunicações ofende o direito à:

- (A) igualdade
- (B) intimidade
- (C) verdade
- (D) realidade

12. (SELECON - 2022)

D, sem apresentar identificação, apresenta crítica pouco gentil em relação aos cidadãos P e R que lhes causa profunda indignação e repulsa. Procuram advogado que apresenta medida judicial e obtém os dados do crítico. Nos termos da Constituição Federal, as críticas podem ser baseadas na liberdade de expressão, mas é vedado (a):

- (A) a opinião
- (B) o anonimato

- (C) a ironia
- (D) o satirismo

13. (SELECON - 2022)

Civ é servidor público do município OR. Desejando visitar os municípios vizinhos, é surpreendido com a notícia de que existiria lei determinando que os servidores municipais deveriam obter autorização da chefia imediata para realizar qualquer saída de OR.

De acordo com a Constituição Federal, essa restrição deve ser considerada como:

- (A) justificada no princípio da legalidade
- (B) restritiva do direito de escolher
- (C) violadora do direito de locomoção
- (D) justificada na hierarquia estatal

14. (SELECON - 2022)

Lua é jornalista e publica série de reportagens sobre os bastidores da política. Seus relatos são verídicos e baseados em informações pesquisadas em depoimentos públicos, mas também em informes privados. Determinado indivíduo, entendendo que certo relato não condiz com o que efetivamente ocorreu, requer a relação de pessoas que ajudaram a jornalista a construir o seu trabalho. Ocorre a recusa.

Nos termos da Constituição Federal, no caso acima ocorre a proteção ao denominado:

- (A) segredo decorrente
- (B) conhecimento primário
- (C) protetor de pesquisa
- (D) sigilo de fonte

15. (SELECON - 2024)

Para que qualquer documento, instrumento ou norma do direito internacional tenha validade no território nacional, ele precisa, primeiro, passar por um processo de homologação ou internalização ao direito brasileiro. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos de que o Brasil é signatário apresentam status:

- (A) de emenda constitucional desde que observado rito próprio
- (B) de emenda constitucional desde sua assinatura
- (C) supralegal, invariavelmente
- (D) legal



DIREITO PENAL

1. (SELECON - 2025)

A imputação pessoal é um princípio que tem como característica básica que:

- (A) a pena alternativa somente pode ser aplicada ao autor da ação delitiva
- (B) o processo deve se ater a atos estritamente necessários à ordem jurídica justa
- (C) as alternativas penais possibilitem a resolutividade quanto à violação de direitos
- (D) seja aplicada dentro de um prazo considerado razoável em sintonia com os princípios constitucionais

2. (SELECON - 2022)

No REsp 672.225-RS, julgado em 07.08.2008, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça julgou o caso de uma contadora, que recebeu de uma cliente a quantia de R\$ 500,00 para quitar contribuições em atraso junto ao INSS e protocolar pedido administrativo para a concessão de auxílio-doença, não fazendo nem uma coisa, nem outra. Denunciada por apropriação indébita majorada pelo Ministério Público, a contadora foi absolvida pelo Tribunal de Justiça. A absolvição foi confirmada pelo STJ. Em seu voto-vista, o Ministro Nilson Naves sustentou que “as relações aqui descritas bem podem ser resolvidas na esfera cível (...)”

(Fonte Informativo STJ nº 0362) A decisão do STJ, tal como descrita, é amparada no princípio da:

- (A) legalidade
- (B) culpabilidade
- (C) insignificância
- (D) subsidiariedade

3. (SELECON - 2025)

Nos termos do Manual de Gestão de Alternativas Penais, existem princípios que fundamentam a intervenção penal mínima. Nessa linha, a penalidade de prisão continua existindo, mas sua aplicação deve obedecer ao princípio da:

- (A) inflexão
- (B) reflexão
- (C) resposta
- (D) subsidiariedade

4. (SELECON - 2023)

Xanadu é estudioso das culturas orientais e busca fundamentos para justificar a estrutura repressiva do Estado resolvendo os conflitos que surgem no dia a dia das pessoas. Ele verifica que conflitam duas perspectivas de pensamento quanto à função do Direito Penal na sociedade. Quando ocorre a tutela dos bens mais importantes e somente atua a esfera penal, e quando estão inócuos os demais ramos do Direito, ocorre a incidência do princípio da:

- (A) intervenção mínima
- (B) abolição penal
- (C) pena gravosa
- (D) lei correta

5. (SELECON - 2023)

Cheng foi contratado para trabalhar na Secretaria de Segurança do Estado JK, sendo incumbido de pesquisar textos de lei que explicitassem os conteúdos normativos para permitir a aplicação clara da norma. Nos termos da teoria penal, a interpretação que procede do próprio órgão que criou a norma é denominada:

- (A) real
- (B) lógica
- (C) autêntica
- (D) gramatical

6. (SELECON - 2022)

Uma pessoa praticou um crime em maio de 2012, quando a pena prevista de forma abstrata era de 3 a 6 anos. Em 2014, o legislador reduziu a pena do crime, que foi fixada no mínimo de 2 e no máximo de 3 anos. Em 2015, nova lei alterou a pena do mesmo crime, que passou a prever o mínimo de 4 e o máximo de 6 anos. Caio foi julgado e condenado em primeiro grau em 2016, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória em 2017. Nesse caso, o condenado será apenado com a pena em vigor no ano de:

- (A) 2012
- (B) 2014
- (C) 2015
- (D) 2016
- (E) 2017



AMOSTRA

7. (SELECON - 2025)

De acordo com o Código Penal Brasileiro, ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a execução e:

- (A) todos os efeitos da sentença condenatória
- (B) os efeitos penais da sentença condenatória
- (C) os efeitos penal e civil da sentença condenatória
- (D) os efeitos penal e administrativo da sentença condenatória

8. (SELECON - 2023)

Chun foi acusado de cometer crimes descritos em determinada lei da época dos fatos e, por força das provas apresentadas, foi condenado. Posteriormente, surgiu nova lei que não considerou os fatos da época como caracterizadores de crime. Nos termos do Código Penal, a lei posterior pode retroagir para:

- (A) endurecer a execução penal
- (B) prejudicar o acusado
- (C) beneficiar o réu
- (D) majorar penas

9. (SELECON - 2022)

A Lei Z estabelece que, no período iniciado em janeiro de 2014 e terminado em dezembro de 2014, serão considerados crimes determinados fatos para regular situações decorrentes de evento relevante. Nos termos do Código Penal e da doutrina, essa lei deve ser considerada:

- (A) parcial
- (B) temporária
- (C) previsível
- (D) variável

10. (SELECON - 2023)

HJ é professor de Legislação em curso de Humanidades e necessita apresentar temas de Direito Penal, como item necessário para a compreensão da sociedade. Após pesquisar a questão da aplicação da lei, ao constatar que o tempo do crime será o da ação ou da omissão, verifica que o Código Penal adotou a teoria da:

- (A) atividade
- (B) realidade
- (C) efetividade
- (D) ubiquidade

11. (SELECON - 2022)

Com relação à aplicação da lei penal, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria ter sido produzido o resultado. Para efeito de análise sobre o local do crime, o direito brasileiro adota a teoria da:

- (A) atividade
- (B) teleologia
- (C) finalidade
- (D) ubiquidade
- (E) naturalidade

12. (SELECON - 2023)

Li foi condenado pela prática de diversos crimes ocorridos no Brasil. Ao final do processo, para eximir-se da pena, comprovou sua nacionalidade italiana, tendo o seu requerimento de absolvição, por tal motivo, sido indeferido. Nos termos do Código Penal, a aplicação da lei brasileira no caso decorre da incidência do princípio da:

- (A) diplomacia
- (B) adequação
- (C) averiguação
- (D) territorialidade

13. (SELECON - 2025)

O conceito de crime é o ponto de partida para a compreensão dos principais institutos do Direito Penal (Masson, 2019, p. 153). Sob o aspecto analítico, crime é:

- (A) para os que adotam uma posição tripartida, um fato típico, ilícito e culpável
- (B) aquilo que assim está rotulado em uma norma penal incriminadora, sob ameaça de pena
- (C) toda ação ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados
- (D) a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa

14. (SELECON - 2022)

A omissão pode ser geradora de responsabilidade criminal quando o agente omissor estiver, nos termos das exigências do Código Penal, na posição de:

- (A) espectador
- (B) garantidor
- (C) torcedor
- (D) ativador



DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2022)

O Direito ao Silêncio é uma garantia constitucional, que impõe limites ao Estado na busca pela obtenção de provas para alcançar a verdade. No processo penal, esse princípio é aplicável:

- (A) à testemunha
- (B) aos peritos
- (C) ao contador
- (D) ao réu
- (E) ao intérprete

2. (2025)

O princípio que não se admite a imposição de qualquer condição que agrave a situação do indivíduo no cumprimento de uma medida alternativa à pena, salvo se expressamente prevista em lei anterior ao fato, em conformidade com o regime processual e de execução penal, é conhecido como:

- (A) celeridade
- (B) normalidade
- (C) irretroatividade
- (D) proporcionalidade

3. (2022)

A respeito do princípio do contraditório, é **correto** afirmar que

- (A) não tem previsão expressa na Constituição Federal, decorrendo de tratados e convenções internacionais a que o Brasil ratificou.
- (B) aplica-se somente aos processos judiciais, sendo incabível nos procedimentos administrativos, inclusive no inquérito policial.
- (C) garante o direito à informação, seja por intermédio da citação ou da intimação, a fim de que se possa efetivamente participar do processo e do procedimento instaurados.
- (D) tem aplicabilidade apenas à defesa, não se cogitando o princípio do contraditório à acusação.
- (E) garante que o acusado participe da audiência de instrução, impedindo sua retirada da sala de audiências, nas situações em que a testemunha se disser intimidada com a presença, obrigando a suspensão do ato e posterior realização de forma remota.

4. (2022)

Na evolução do direito processual penal, percebe-se a influência de outros ramos do direito. O deu uma atenção ao aspecto subjetivo do crime, combateu a vingança privada, humanizou as penas, reprimiu o uso de ordálias e introduziu as penas privativas de liberdade em substituição às patrimoniais.

É **correto** afirmar que o ramo do direito que corretamente completa o enunciado é:

- (A) Direito Americano
- (B) Direito Romano
- (C) Direito Germânico
- (D) Direito Francês
- (E) Direito Canônico

5. (2022)

A respeito das disposições constitucionais aplicadas ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que

- (A) o princípio do contraditório, que garante a oportunidade de manifestação sobre todos os atos do processo, é exclusivo à defesa, não se aplicando a acusação.
- (B) o princípio da publicidade assegura que os atos processuais sejam públicos, excepcionada unicamente a hipótese de preservar a intimidade do acusado.
- (C) a autodefesa, uma das formas de concretização do princípio da ampla defesa, é garantia indisponível, sendo nulo o processo em que não foi exercida pelo réu.
- (D) o princípio do juiz natural garante que o acusado seja julgado por juiz determinado por regras de fixação de competência editadas antes do fato criminoso.
- (E) o princípio do favor rei consagra que a dúvida relativa à prova favorece à sociedade, implicando a condenação do réu.



AMOSTRA

6. (2022)

A edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a processo penal

- (A) é admitida, mas só terá eficácia no ano civil subsequente.
- (B) é admitida, mas apenas em situação de estado de defesa ou estado de sítio.
- (C) é excepcionalmente admitida, mas a medida provisória perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias.
- (D) é excepcionalmente admitida, mas a medida provisória perderá eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo indicado em seu próprio texto.
- (E) é constitucionalmente vedada.

7. (2023)

De acordo com o art. 19 do CPP, nos crimes de ação penal privada, finalizado o inquérito policial, os respectivos autos devem

- (A) ser remetidos ao juízo competente ou entregues ao requerente, se assim este solicitar, mediante traslado.
- (B) ser arquivados caso a autoridade policial conclua pela inexistência do fato.
- (C) aguardar, em sede policial, o oferecimento de queixa-crime.
- (D) ser remetidos ao órgão ministerial, para oferecimento de denúncia.
- (E) ser remetidos ao Chefe de Polícia, para conferência e deliberação.

8. (2022)

Entre outras providências, nos exatos termos do art. 6º do CPP, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá

- (A) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- (B) colher as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dispensando os indícios de menor importância.
- (C) comunicar à Defensoria Pública para que, querendo, acompanhe os atos de Polícia Judiciária, ainda que o acusado já tenha indicado defensor.

(D) indagar à vítima e ao acusado se desejam que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias para, assim, determinar sua realização.

(E) determinar que policial de sua confiança se dirija ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

9. (2024)

A respeito das características do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) Com exceção dos crimes processáveis por ação penal privada, para todos os demais, o inquérito policial é indispensável.
- (B) O inquérito policial, por expressa exigência legal, deve ser escrito, razão pela qual outras formas de documentação de atos, como a gravação de som e/ou imagem na oitiva de suspeitos, testemunhas, por meio de sistema audiovisual, não são aceitas.
- (C) O inquérito policial, nos crimes de ação penal pública incondicionada e condicionada à representação, pode ser instaurado, de ofício, pela Autoridade Policial.
- (D) Uma vez instaurado, o inquérito policial é indisponível para a Autoridade Policial, não podendo arquivá-lo, ainda que entenda pela inexistência de justa causa para a sua continuidade.
- (E) O inquérito policial é público, constando de atestado de antecedentes em nome de investigados.

10. (2024)

De acordo com o art. 13-A do Código de Processo Penal (CPP), nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158, no art. 159 do Código Penal e no art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o membro do Ministério Público ou o Delegado de Polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada,

- (A) dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
- (B) dados que permitam identificar o posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência de aparelho celular de titularidade da vítima ou de investigados.
- (C) extratos bancários de investigados, relativos a período não superior a 6 meses.



DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (SELECON - 2024)

O ato administrativo se caracteriza como acontecimento juridicamente relevante. Além disso, o ato administrativo:

- (A) em regra, engloba as hipóteses em que ocorre omissão e silêncio da administração
- (B) quando o ato está sujeito ao regime público, recebe o nome de ato da administração
- (C) envolve todos os acontecimentos que produzem efeitos no mundo jurídico-administrativo
- (D) expressa a vontade unilateral da Administração, sob regime de direito público, gerando efeitos legais de interesse público

2. (SELECON - 2022)

Quanto à atuação concreta da Administração Pública, a dispersão de manifestantes caracteriza-se como um:

- (A) ato material.
- (B) ato político.
- (C) ato privado.
- (D) ato administrativo.

3. (SELECON - 2022)

Determinado candidato questiona, no prazo legal, perante o Poder Judiciário competente, que a Banca Examinadora do concurso público municipal ao qual se submeteu, empregou critérios técnicos rigorosos para correção da sua prova discursiva de redação, razão pela qual pleiteou em Juízo que fosse novamente corrigida a sua prova, sem, contudo, demonstrar e/ou provar que a respectiva Banca Examinadora tenha praticado qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade com relação às normas do Edital desse certame, conforme atestou o Município demandado ao ser citado para responder à respectiva demanda judicial.

Isto posto, no mérito administrativo, cumpre ao julgador da referida demanda judicial quanto ao pleito do candidato, proferir decisão final de forma:

(A) favorável ao candidato, pois compete ao Poder Judiciário agir discricionariamente em favor da sociedade

(B) favorável ao candidato, visto que o Poder Judiciário pode substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(C) desfavorável ao candidato, pois não compete ao Poder Judiciário substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(D) desfavorável ao candidato, pois ao Poder Judiciário não compete analisar qualquer matéria relativa ao Direito Administrativo

4. (SELECON - 2024)

Para ser válido, o ato administrativo tem que preencher uma série de elementos. Quando o resultado do ato importar em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo, o ato será nulo por vício de:

- (A) forma
- (B) incompetência
- (C) ilegalidade do objeto
- (D) inexistência dos motivos

5. (SELECON - 2022)

O requisito vinculado de todo ato administrativo que determina que este deve estar direcionado ao interesse público a ser atingido e que seu intuito deve estar relacionado com o bem comum e o atendimento dos reclamos da coletividade denomina-se:

- (A) forma
- (B) objeto
- (C) finalidade
- (D) competência



AMOSTRA

6. (SELECON - 2022)

Tem-se como elemento presente em todo ato administrativo, com vistas, em última instância, ao fim público, de acordo com definição contida nas normas insertas no nosso atual ordenamento jurídico:

- (A) a forma
- (B) o objeto
- (C) o motivo
- (D) a finalidade

7. (SELECON - 2023)

Uma servidora obteve licença-maternidade, concedida em ato com a seguinte redação: “Tendo em vista o nascimento de seu filho e a previsão legal, defere-se o pedido formulado pela servidora, sendo-lhe garantido salário-maternidade”. Os fundamentos que embasaram o deferimento do pedido da servidora constituem o seguinte elemento do ato administrativo:

- (A) o objeto
- (B) o móvel
- (C) o motivo
- (D) o conteúdo
- (E) a motivação

8. (SELECON - 2023)

Com relação aos atos administrativos, a presunção de legitimidade e a imperatividade são considerados como:

- (A) atributos
- (B) requisitos
- (C) elementos
- (D) finalidades

9. (SELECON - 2022)

Um ato é legítimo e apto a produzir os efeitos para o qual foi criado, se apresentar o atributo conhecido como:

- (A) presunção de legitimidade
- (B) autoexecutoriedade
- (C) imperatividade
- (D) tipicidade

10. (SELECON - 2022)

Taksin Preecha exerce as funções de fiscal sanitário no estado WW e, no uso regular de suas atribuições, recebe denúncia de má conservação de alimentos na mercearia Pocahontas Nemo, que se revela verdadeira. Constatado que existem mercadorias irregularmente armazenadas e com validade vencida, o fiscal apreende os bens e aplica multa. Nesse caso, com o ato de apreensão está sendo realizado um dos atributos do ato administrativo consistente na:

- (A) veracidade
- (B) legitimidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) previsibilidade

11. (SELECON - 2022)

O inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal assegura, mesmo no âmbito dos processos administrativos, a observância do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Trata-se de garantia constitucional que estabelece restrição importante ao seguinte atributo dos atos administrativos:

- (A) exigibilidade
- (B) coercibilidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) presunção de legitimidade

12. (SELECON - 2022)

Por força de denúncia anônima recebida pela Prefeitura Municipal X, foi praticado ato de polícia administrativa pela respectiva autoridade pública competente, com vistas a paralisar e a demolir a construção irregular de um prédio com rachaduras que revelavam eminente perigo à coletividade, sem a necessidade de ordem judicial para tanto.

No caso em tela, a prática do ato administrativo de interdição e de demolição da construção irregular do prédio sem prévia ordem judicial autorizativa desse ato é atributo:

- (A) do formalismo
- (B) da imperatividade
- (C) da autoexecutoriedade
- (D) da presunção de legitimidade



LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. (SELECON - 2024)

O ato administrativo se caracteriza como acontecimento juridicamente relevante. Além disso, o ato administrativo:

- (A) em regra, engloba as hipóteses em que ocorre omissão e silêncio da administração
- (B) quando o ato está sujeito ao regime público, recebe o nome de ato da administração
- (C) envolve todos os acontecimentos que produzem efeitos no mundo jurídico-administrativo
- (D) expressa a vontade unilateral da Administração, sob regime de direito público, gerando efeitos legais de interesse público

2. (SELECON - 2022)

Quanto à atuação concreta da Administração Pública, a dispersão de manifestantes caracteriza-se como um:

- (A) ato material.
- (B) ato político.
- (C) ato privado.
- (D) ato administrativo.

3. (SELECON - 2022)

Determinado candidato questiona, no prazo legal, perante o Poder Judiciário competente, que a Banca Examinadora do concurso público municipal ao qual se submeteu, empregou critérios técnicos rigorosos para correção da sua prova discursiva de redação, razão pela qual pleiteou em Juízo que fosse novamente corrigida a sua prova, sem, contudo, demonstrar e/ou provar que a respectiva Banca Examinadora tenha praticado qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade com relação às normas do Edital desse certame, conforme atestou o Município demandado ao ser citado para responder à respectiva demanda judicial.

Isto posto, no mérito administrativo, cumpre ao julgador da referida demanda judicial quanto ao pleito do candidato, proferir decisão final de forma:

(A) favorável ao candidato, pois compete ao Poder Judiciário agir discricionariamente em favor da sociedade

(B) favorável ao candidato, visto que o Poder

Judiciário pode substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(C) desfavorável ao candidato, pois não compete ao Poder Judiciário substituir a Banca Examinadora para reexaminar os critérios de correção por ela utilizados

(D) desfavorável ao candidato, pois ao Poder Judiciário não compete analisar qualquer matéria relativa ao Direito Administrativo

4. (SELECON - 2024)

Para ser válido, o ato administrativo tem que preencher uma série de elementos. Quando o resultado do ato importar em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo, o ato será nulo por vício de:

- (A) forma
- (B) incompetência
- (C) ilegalidade do objeto
- (D) inexistência dos motivos

5. (SELECON - 2022)

O requisito vinculado de todo ato administrativo que determina que este deve estar direcionado ao interesse público a ser atingido e que seu intuito deve estar relacionado com o bem comum e o atendimento dos reclamos da coletividade denomina-se:

- (A) forma
- (B) objeto
- (C) finalidade
- (D) competência



AMOSTRA

6. (SELECON - 2022)

Tem-se como elemento presente em todo ato administrativo, com vistas, em última instância, ao fim público, de acordo com definição contida nas normas insertas no nosso atual ordenamento jurídico:

- (A) a forma
- (B) o objeto
- (C) o motivo
- (D) a finalidade

7. (SELECON - 2023)

Uma servidora obteve licença-maternidade, concedida em ato com a seguinte redação: "Tendo em vista o nascimento de seu filho e a previsão legal, defere-se o pedido formulado pela servidora, sendo-lhe garantido salário-maternidade". Os fundamentos que embasaram o deferimento do pedido da servidora constituem o seguinte elemento do ato administrativo:

- (A) o objeto
- (B) o móvel
- (C) o motivo
- (D) o conteúdo
- (E) a motivação

8. (SELECON - 2023)

Com relação aos atos administrativos, a presunção de legitimidade e a imperatividade são considerados como:

- (A) atributos
- (B) requisitos
- (C) elementos
- (D) finalidades

9. (SELECON - 2022)

Um ato é legítimo e apto a produzir os efeitos para o qual foi criado, se apresentar o atributo conhecido como:

- (A) presunção de legitimidade
- (B) autoexecutoriedade
- (C) imperatividade
- (D) tipicidade

10. (SELECON - 2022)

Taksin Preecha exerce as funções de fiscal sanitário no estado WW e, no uso regular de suas atribuições, recebe denúncia de má conservação de alimentos na mercearia Pochontas Nemo, que se revela verdadeira. Constatado que existem mercadorias irregularmente armazenadas e com validade vencida, o fiscal apreende os bens e aplica multa. Nesse caso, com o ato de apreensão está sendo realizado um dos atributos do ato administrativo consistente na:

- (A) veracidade
- (B) legitimidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) previsibilidade

11. (SELECON - 2022)

O inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal assegura, mesmo no âmbito dos processos administrativos, a observância do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Trata-se de garantia constitucional que estabelece restrição importante ao seguinte atributo dos atos administrativos:

- (A) exigibilidade
- (B) coercibilidade
- (C) autoexecutoriedade
- (D) presunção de legitimidade

12. (SELECON - 2022)

Por força de denúncia anônima recebida pela Prefeitura Municipal X, foi praticado ato de polícia administrativa pela respectiva autoridade pública competente, com vistas a paralisar e a demolir a construção irregular de um prédio com rachaduras que revelavam eminente perigo à coletividade, sem a necessidade de ordem judicial para tanto.

No caso em tela, a prática do ato administrativo de interdição e de demolição da construção irregular do prédio sem prévia ordem judicial autorizativa desse ato é atributo:

- (A) do formalismo
- (B) da imperatividade
- (C) da autoexecutoriedade
- (D) da presunção de legitimidade



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. (2026)

Durante a elaboração de um programa de segurança pública, um gestor propõe que os órgãos dos diferentes entes federativos atuem de maneira articulada com a sociedade. Considerando os arts. 1º e 2º da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa correta sobre a finalidade e a responsabilidade pela segurança pública.

- (A) A segurança pública é responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos demais entes executar suas determinações.
- (B) A finalidade do Susp limita-se à proteção patrimonial, excluindo a preservação da incolumidade das pessoas.
- (C) A preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio deve ocorrer mediante atuação conjunta e integrada, sendo a segurança pública dever do Estado e responsabilidade de todos.
- (D) A participação dos Municípios depende da transferência integral das competências estaduais de segurança pública.
- (E) A articulação com a sociedade substitui a atuação dos órgãos públicos na execução das políticas de segurança.

2. (2026)

Um Município pretende estabelecer sua política de segurança pública e defesa social, definindo medidas para enfrentar riscos à convivência social. De acordo com o art. 3º da Lei nº 13.675/2018, essa iniciativa deverá observar qual orientação?

- (A) A política municipal deve ser elaborada exclusivamente pelo governo estadual.
- (B) A União estabelece apenas recomendações facultativas, sem diretrizes para os demais entes.
- (C) Os Municípios estão impedidos de formular políticas próprias de segurança pública.
- (D) A política municipal deve restringir-se aos crimes transnacionais, excluindo situações de emergência.
- (E) Compete à União estabelecer a política nacional, e aos demais entes estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes nacionais.

3. (2026)

Ao revisar protocolos operacionais, uma instituição de segurança pública busca compatibilizá-los com os princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Conforme o art. 4º, incisos VIII, IX e XI, da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) A força deve ser empregada sem limitação sempre que houver resistência à atuação estatal.
- (B) A atuação deve observar a resolução pacífica de conflitos, o uso comedido e proporcional da força e a publicidade das informações não sigilosas.
- (C) Todas as informações produzidas pelos órgãos de segurança devem permanecer sigilosas.
- (D) A resolução pacífica de conflitos pode ser utilizada apenas quando inexistir qualquer infração penal.
- (E) A proporcionalidade no emprego da força depende exclusivamente da conveniência administrativa.

4. (2026)

Um ente federativo está preparando uma lei sobre ingresso em instituição de segurança pública. Segundo o art. 4º-A da Lei nº 13.675/2018, quais exigências devem constar como critério de ingresso?

- (A) Aprovação em exame de saúde e exame toxicológico com larga janela de detecção, cabendo ao regulamento estabelecer as regras do exame toxicológico aleatório.
- (B) Aprovação exclusivamente em exame psicológico, ficando os demais exames a critério do candidato.
- (C) Realização de exame toxicológico apenas depois da aquisição da estabilidade.
- (D) Aprovação em exame de saúde, sendo proibida a exigência de exame toxicológico.
- (E) Realização de exame toxicológico com detecção limitada ao dia de sua aplicação.

5. (2026)

Uma secretaria de segurança pretende aperfeiçoar o atendimento à população e a distribuição de seu efetivo. Considerando as diretrizes previstas no art. 5º, incisos X, XII e XX, da Lei nº 13.675/2018, assinale a medida adequada.



AMOSTRA

- (A) Distribuir o efetivo exclusivamente segundo solicitações políticas locais.
- (B) Substituir o atendimento humanizado por procedimentos padronizados que desconsiderem situações de vulnerabilidade.
- (C) Concentrar o policiamento em ações repressivas, afastando estratégias de proximidade.
- (D) Oferecer atendimento prioritário, qualificado e humanizado às pessoas vulneráveis, enfatizar o policiamento de proximidade e distribuir o efetivo segundo critérios técnicos.
- (E) Condicionar o atendimento prioritário à existência de autorização judicial individual.

6. (2026)

Na definição das prioridades de um plano de segurança pública, uma equipe propõe ações de prevenção à violência, fiscalização de armas e combate aos crimes cibernéticos. Conforme o art. 6º, incisos IV, XXV e XXVI, da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) A prevenção à violência deve excluir ações direcionadas a grupos vulneráveis.
- (B) São objetivos da política apoiar a prevenção à violência, com prioridade para grupos vulneráveis, fortalecer a fiscalização de armas e munições e prevenir e reprimir crimes cibernéticos.
- (C) A fiscalização de armas e munições é incompatível com os objetivos de redução da violência armada.
- (D) Os crimes cibernéticos somente podem integrar políticas de desenvolvimento tecnológico.
- (E) A política deve priorizar exclusivamente a ampliação do encarceramento.

7. (2026)

Uma proposta de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social prevê modernização da gestão, cooperação federativa e avaliação dos resultados. Segundo o art. 7º da Lei nº 13.675/2018, qual elemento também deve integrar essas estratégias?

- (A) Eliminação do diagnóstico dos problemas, para acelerar a execução.
- (B) Substituição da cooperação federativa pela atuação isolada das instituições.
- (C) Restrição da interoperabilidade aos órgãos pertencentes ao mesmo Município.
- (D) Garantia da regularidade orçamentária para a execução de planos e programas de segurança pública.
- (E) Avaliação dos resultados apenas quando houver solicitação de órgãos externos.

8. (2026)

Um servidor precisa identificar os meios e instrumentos de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Considerando o art. 8º da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa que apresenta instrumentos expressamente previstos.

- (A) Planos de segurança pública e defesa social, Sinaped, Sinesp, Sievap, Renaesp e Pró-Vida.
- (B) Exclusivamente os planos estaduais e os regulamentos disciplinares militares.
- (C) Apenas o Sinesp e os registros administrativos de cada instituição.
- (D) Conselhos partidários, planos eleitorais e programas de fiscalização tributária.
- (E) Somente operações policiais extraordinárias e programas de aquisição de armamento.

9. (2026)

Em uma reunião sobre a composição do Susp, surgiu dúvida sobre a distinção entre integrantes estratégicos e operacionais. Conforme o art. 9º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.675/2018, assinale a classificação correta.

- (A) As guardas municipais são integrantes estratégicos, e os Poderes Executivos são integrantes operacionais.
- (B) Os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social integram exclusivamente a estrutura operacional.
- (C) Os agentes de trânsito não estão incluídos entre os integrantes operacionais.
- (D) A polícia legislativa está excluída da composição operacional do sistema.
- (E) Os entes federativos, por seus Poderes Executivos, são integrantes estratégicos; guardas municipais, agentes de trânsito e polícia legislativa são integrantes operacionais.

10. (2026)

Diversos órgãos planejam uma operação conjunta de enfrentamento a organizações criminosas. De acordo com o art. 10, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei nº 13.675/2018, assinale a alternativa correta sobre a organização dessa atuação.

- (A) Operações combinadas devem ser exclusivamente ostensivas.
- (B) O planejamento deve ser realizado por um único participante, sem colaboração dos demais.



INFORMÁTICA

1. (SELECON - 2024)

No que diz respeito aos conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias em informática, nos microcomputadores Intel existe um firmware armazenado em um chip na placa do sistema. Quando se inicia a máquina, esse microcódigo é o primeiro software executado, identificando o hardware, configurando, testando e o conectando ao sistema operacional para instruções adicionais, caracterizando um processo de inicialização.

Esse firmware é conhecido por:

- (A) BIOS
- (B) POST
- (C) SETUP
- (D) EPROM

2. (SELECON - 2024)

Em uma licitação para compra de processadores de uma empresa pública, foi definido que o melhor processador para a empresa seria um que tivesse 12 núcleos e 24 threads, soquete AM4, cache de 24 MB e velocidade de 3,7 GHz (como clock básico).

O Processador adequado a essas condições seria o:

- (A) AMD Athlon Gold 7220C
- (B) AMD Athlon Silver 3050U
- (C) AMD Sempron 145
- (D) AMD Radeon 610M
- (E) AMD Ryzen 9 5900X

3. (SELECON - 2025)

Um usuário precisa adquirir, para seu computador pessoal, um tipo de memória que pode ser usada como um dispositivo de armazenamento, mantendo os dados armazenados mesmo quando o fornecimento de energia é interrompido. Esse tipo de memória é a:

- (A) Cache
- (B) Flash
- (C) RAM
- (D) SIPP

4. (SELECON - 2024)

Uma empresa precisa adquirir mídias de armazenamento tradicionais, que tenham as características de: permitirem gravar e apagar informações várias vezes, usarem tecnologia óptica e poderem armazenar mais que 4 GB de informação. Esse tipo de mídia é o:

- (A) CD
- (B) CD-R
- (C) DVD-R
- (D) CD-RW
- (E) DVD-RW

5. (SELECON - 2022)

Atualmente tem crescido a preocupação com a atividade de *backup*, com a realização de cópias de segurança, que visa a garantir a integridade dos dados armazenados nos microcomputadores e notebooks. Nesse contexto, dois dispositivos de armazenamento que são utilizados nessa atividade são:

- (A) scanner e disco rígido
- (B) disco rígido e pendrive
- (C) pendrive e teclado
- (D) teclado e scanner

6. (SELECON - 2023)

Entre os diferentes componentes de um computador, aquele que é composto por diversos condutores elétricos e interliga diversos outros componentes, tais como memória, CPU e unidades de entrada e saída é:

- (A) o cache
- (B) o registrador
- (C) o barramento
- (D) a unidade lógica



AMOSTRA

7. (SELECON - 2022)

No que diz respeito ao *hardware* dos computadores atuais, duas características são descritas a seguir.

I. A tecnologia empregada nas discos rígidos possibilitam capacidades de armazenamento na faixa de 1 TBytes e até mais.

II. Os dispositivos de entrada e saída de dados são integrados à configuração dos microcomputadores e *notebooks* por meio de conexões USB versão 3.0.

A sigla utilizada para referenciar a tecnologia dos discos rígidos e a taxa nominal de transferência do USB v3.0 são, **respectivamente**:

- (A) PCI-E e 4.8Gbps
- (B) SATA e 4.8Gbps
- (C) PCI-E e 480 Mbps
- (D) SATA e 480 Mbps

8. (SELECON - 2025)

Equipamentos multimídia e audiovisuais são dispositivos que permitem a reprodução e a exibição de conteúdos em diferentes formatos, como áudio, vídeo, imagens e texto. Nesse contexto, três exemplos de equipamentos multimídia e audiovisuais são:

- (A) alto-falantes, projetores e conector RJ-45
- (B) conector RJ-45, câmeras, alto-falantes
- (C) projetores, conector RJ-45 e câmeras
- (D) câmeras, alto-falantes e projetores

9. (SELECON - 2025)

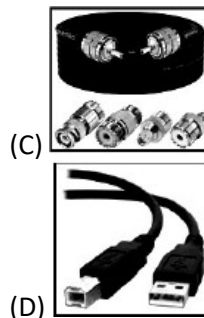
No uso dos recursos dos microcomputadores e *notebooks*, um funcionário da HEMOMINAS precisa instalar uma impressora multifuncional e, para isso, precisa reconhecer o cabo e o conector USB a serem utilizados nessa operação. Nesse contexto, a figura que mostra o cabo e o conector, está indicada na seguinte alternativa:



(A)



(B)

**10. (SELECON - 2024)**

No funcionamento dos computadores atuais, há um dispositivo que possibilita o seu uso tanto na entrada como na saída de dados, em momentos distintos, que integra três funcionalidades de outros periféricos, como uma impressora típica, na digitalização de documentos como um scanner e na geração de cópias como uma fotocopiadora xerox. Pelas características descritas, esse dispositivo é conhecido como impressora:

- (A) inkjet
- (B) vetorial
- (C) bubblejet
- (D) multifuncional

11. (SELECON - 2024)

No que tange ao hardware, os computadores utilizam diversos dispositivos em suas configurações, que podem atuar exclusivamente na entrada de dados, outros exclusivamente na saída e, por último, os que podem operar tanto na entrada como na saída, mas em momentos distintos.

Três dispositivos que operam exclusivamente na entrada de dados para processamento são:

- (A) scanner, teclado e plotter
- (B) mouse, plotter e pendrive
- (C) teclado, mouse e scanner
- (D) webcam, pendrive e scanner

12. (SELECON - 2023)

Um usuário de um computador deseja instalar um periférico que funciona através da porta HDMI. A instalação do periférico é facilitada com a integração *hardware* e sistema operacional, de modo que não há necessidade de configuração do dispositivo, nem intervenção direta do usuário, pois o sistema operacional identifica o periférico e busca, de forma automática, os arquivos necessários para completar a instalação. Esse tipo de procedimento de instalação de periféricos é também denominado de técnica:



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

